

2022

# ATIVIDADE PRÁTICA

## Instituição do direito Público e Privado

AUTORES:

ANDRÉ DE LIMA SALGADO

ANELIESE DE CASTRO CARLOS

ADRIANO RODRIGUES

DANIELE SILVA RODRIGUES

LUIZA MONIQUE DE CASTRO FARIA

RICARDO CARVALHO SILVA

STHÉFANO BRUNO SANTOS DIVINO

NEREO WILKER VICENTE



I59      Instituição do Direito Público e Privado - Desafio prático [Recurso eletrônico] / André de Lima Salgado... [et al]. -- Lavras: Unilavras, 2022 (E-book 4 p.) ; 43 kb (Pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN. 978-85-67895-36-9.

Outro autores: Adriano Rodrigues, Aneliese de Castro Carlos, Daniele Silva Rodrigues, Luiza Monique de Castro Faria, Ricardo Carvalho Silva, Sthéfano Bruno Santos Divino, Nereo Wilker Vicente.

1. Contabilidade. 2. Direito. 3. Trabalhista. I. Salgado, André de Lima.  
II. Título.

CDD 658

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS

Curso de Ciências Contábeis

ANDRÉ DE LIMA SALGADO  
ANELIESE DE CASTRO CARLOS  
ADRIANO RODRIGUES  
DANIELE SILVA RODRIGUES  
LUIZA MONIQUE DE CASTRO FARIA  
RICARDO SILVA  
STHÉFANO BRUNO SANTOS DIVINO  
NEREO WILKER VICENTE

Atividade Prática– Instituição do Direito Público e Privado

UNILAVRAS  
2022

## I. Introdução

As Atividades Práticas Supervisionadas (ATPS) são atividades organizadas na forma de desafios, com o objetivo de desenvolver as competências e habilidades previstas no perfil do profissional egresso de cada curso. As ATPS atendem à Resolução Parecer CES/CNE nº 776/97, de 03/12/1997, que estabelece as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e assegura: a flexibilidade e a ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização do currículo, assim como na especificação das unidades de estudos.

As ATPS têm como objetivo ampliar a formação e a vivência acadêmica dos alunos, favorecendo práticas de autoaprendizagem e autoestudo. Elas privilegiam:

- I. Estimular a corresponsabilidade do aluno pelo seu aprendizado eficiente e eficaz;
- II. Promover o estudo, a convivência e o trabalho em grupo;
- III. Aplicar as teorias e conceitos na solução de problemas relativos à profissão;
- IV. Direcionar o estudante para a emancipação intelectual;
- V. Oferecer diferentes ambientes de aprendizagem.

## II. Disciplina

**EMENTA:** Direito Público e Direito Privado. Os diversos ramos do Direito. A Constituição Brasileira de 1988. Noções de Direito Administrativo. Noções Básicas de Direito Civil. Noções Preliminares de Direito Comercial..

### **OBJETIVOS:**

Compreender o que é o Direito. Distinguir Direito Público de Direito Privado. Compreender os fundamentos do Direito Público e do Direito Privado. Identificar os fundamentos do Direito Contábil na Constituição Federal. Identificar quais as principais normas e legislações atinentes à atuação do profissional contabilista. Distinguir pessoa física de pessoa jurídica, bem como identificar as espécies dessas

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

O que é Direito? Direito Público e Direito Privado: Distinções. Relações Jurídicas e Sujeitos do Direito: Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Fundamentos do Direito Contábil. Noções Básicas de Direito Civil. Noções Básicas de Direito Empresarial/Comercial.

### III. Desafio Prático

Inicialmente os alunos devem proceder com a leitura dos itens 4.1 – Noções Básicas de Direito Civil e 4.2 – Noções Introdutória de Contratos, p. 122-140, do Livro Instituições de Direito, de Luciana Cordeiro de Souza Fernandes.

- 1) Faça um mapa mental indicando os tipos de pessoas e as formas de capacidade existentes no Direito Civil.
- 2) “No negócio jurídico há uma composição de interesses, um regramento geralmente bilateral de condutas, como ocorre na celebração de contratos. A manifestação de vontade tem uma finalidade negocial, que em geral é criar, adquirir, transferir, modificar, extinguir direitos etc.” (FERNDANDES, 2020, p. 134).
- 3) “A autonomia da vontade pode se desdobrar em dois outros princípios: 1. princípio da liberdade de contratar ou não contratar; 2. princípio de contratar aquilo que entender,” (FERNDANDES, 2020, p. 142).

### IV. Bibliografia (Inserir da disciplina e do exercício)

FERNANDES, Luciana Cordeiro de Souza. Instituições de direito: desmistificando o direito público, privado e difuso. São Paulo: Saraiva Educação, 2020;

NUCCI, Guilherme de Souza. Instituições de direito público e privado. Rio de Janeiro: Forense, 2019;

NOHARA, Irene Patrícia. **Fundamentos de direito público**. 2. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.